

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **DIREITO DIGITAL E CYBERSEGURANÇA**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## DIREITO DIGITAL E CYBERSEGURANÇA

<b>DISCIPLINA:</b> SEGURANÇA DIGITAL
<b>RESUMO</b>
Certamente, você já tem ideia do que representa o termo segurança, pois tem ouvido isso desde que era pequeno. Em sua infância, essa segurança estava associada à forma de agir, ou seja, em fazer as coisas “com segurança”. Porém, naquela época, a segurança era “aplicada” pelos adultos, que estavam constantemente preocupados com a segurança de seus filhos, e sempre repetindo: “Cuidado para não se machucar”.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
<b>AULA 2</b> VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
<b>AULA 3</b> VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
<b>AULA 4</b> VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
<b>AULA 5</b> VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
<b>AULA 6</b> VÍDEO 1 AO VÍDEO 4
<b>BIBLIOGRAFIAS</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>• TOMAZ, Raphael. Gestão Estratégica e Inteligência na Segurança Privada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2023.</li><li>• PINHEIRO, Patrícia Peck. Gestão Estratégica e Inteligência na Segurança Privada. Curitiba: Editora Intersaberes, 2022. processo/0001536- 39.2017.5.17.0006/2. Acesso em: 3 ago. 2021</li></ul>

<b>DISCIPLINA:</b> GOVERNANÇA DE TI E DIREITO CIBERNÉTICO
<b>RESUMO</b>
A área de gestão em uma empresa, seja ela pública ou privada, é responsável pelo planejamento, execução e monitoramento de atividades com vistas a atingir seus objetivos estratégicos. Já a governança irá direcionar a gestão por meio de diretrizes, definindo responsabilidades na organização. Ela orienta a forma como as organizações serão dirigidas. A governança corporativa é um sistema em que as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas e envolvem o relacionamento entre diversos atores, como sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e outras partes interessadas (IBGC 2017, citado por Giacomelli, 2017).
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO ÀS DIRETRIZES CORPORATIVAS TEMA 2 - GOVERNANÇA ARTICULAÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E O AMBIENTE DE TRABALHO

PESSOAS X TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO AO GREEN IT NA EDUCAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL  
GREEN IT E SUSTENTABILIDADE  
ENERGIA LIMPA E LEAN  
ECONOMIA CIRCULAR E ATIVOS DE TI  
POLUIÇÃO ELETROMAGNÉTICA, SAÚDE E ERGONOMIA

**AULA 3**

QUALIDADE TOTAL E MELHORIA CONTÍNUA  
GESTÃO DE DESEMPENHO E SATISFAÇÃO DE CLIENTES DE TI  
BOAS PRÁTICAS DE TI  
NORMAS ISO/IEC  
FRAMEWORKS DE GOVERNANÇA DE TI

**AULA 4**

ITIL  
ESTRATÉGIA E DESENHO DE SERVIÇOS  
TRANSIÇÃO E OPERAÇÃO DE SERVIÇO  
MELHORIA CONTÍNUA DE SERVIÇO E GSTI  
CERTIFICAÇÃO

**AULA 5**

ISACA E COBIT  
COBIT 5  
MODELO DE INFORMAÇÕES E RECURSOS DE TI  
GOVERNANÇA E GESTÃO  
IMPLEMENTAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

**AULA 6**

ITIL X COBIT  
GERENCIAMENTO DE PROJETOS (PRINCE 2 E PMBOK)  
GERENCIAMENTO ÁGIL DE PROJETOS  
MODELOS DE MATURIDADE (CMMI E MPS.BR)  
TOGAF, ITSM E ARQUITETURA CORPORATIVA DE TI

**BIBLIOGRAFIAS**

- THE CENTER FOR UNIVERSAL DESIGN. The Principles of Universal Design. Disponível em: [https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs\\_p/docs/poster.pdf](https://projects.ncsu.edu/ncsu/design/cud/pubs_p/docs/poster.pdf).
- CACAU SHOW. Disponível em: [www.cacaushow.com.br](http://www.cacaushow.com.br). Acesso em: 31 jan. 2022.
- GIACOMELLI, G. et al. Governança corporativa. Porto Alegre: Sagah, 2017.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

**RESUMO**

O que é segurança da informação? O conceito de segurança em si já comporta vários significados. No idioma inglês, por exemplo, isso é diferenciado: o termo security refere-se à proteção contra ameaças intencionais, enquanto que seu sinônimo reliability indica a

confiabilidade, a tolerância às falhas. Já o termo safety designa a proteção ao ambiente e aos seres vivos, incluindo-se aí a proteção à saúde e à vida. A segurança da informação é a parte da ciência da informação que tem por objetivo proteger os dados, as Minformações e o conhecimentos de modo a preservar o valor destes para os processos, produtos e serviços das pessoas e organizações.

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### AULA 1

INTRODUÇÃO

SEGURANÇA NO CICLO DA VIDA DE INFORMAÇÃO

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO SUPOSTADA POR TIC

GURANÇA DA INFORMAÇÃO CONVENCIONAL SEGURANÇA DA

TIC NA OPERAÇÃO DOS NEGÓCIOS

### AULA 2

INTRODUÇÃO GESTÃO DE RISCOS

OS PROCESSOS DA GESTÃO DE RISCOS TRATAMENTO DOS

RISCOS

GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

### AULA 3

INTRODUÇÃO

ÁREAS DE CONTROLE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO

PADRÕES DE CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO PROCESSO

DE CLASSIFICAÇÃO

### AULA 4

INTRODUÇÃO CRIPTOGRAFIA

SIMÉTRICA

CRIPTOGRAFIA ASSIMÉTRICA

ASSINATURA DIGITAL

INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

### AULA 5

INTRODUÇÃO

MONITORAMENTO DE

TRÁFEGO REDES PRIVADAS

MALWARE

INVASÃO DE PRIVACIDADE

### AULA 6

INTRODUÇÃO

GOVERNANÇA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

CONSCIENTIZAÇÃO, TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

PRINCÍPIOS ÉTICOS

## BIBLIOGRAFIAS

- SILVA, A. O que é TI (Tecnologia da Informação)? Adam Silva, Santo André, 19 mar. 2015. Disponível em <http://www.adamsilva.com.br/tecnologia/o-que-eti/#ixzz4yzh7smju>. Acesso em: 12 set. 2018
- KOLBE Jr. A. Sistemas de segurança da informação na era do conhecimento. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- KIM, D. Fundamentos de segurança de sistemas de informação. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014

**DISCIPLINA:**  
DIREITO NA ERA DIGITAL

**RESUMO**

Nesta etapa, abordaremos alguns temas gerais do próprio direito, como seu conceito, sujeitos, objetos salvaguardados e ramificações. Também falaremos sobre a adequação do direito no contexto da chamada era digital, haja vista a necessidade de tutela das relações surgidas no bojo dessa nova realidade, marcada pela propagação e consolidação da internet, bem como do comércio eletrônico. Por fim, finalizaremos nossos estudos com um panorama acerca dos principais dispositivos legais aplicáveis às relações firmadas no âmbito digital.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O DIREITO NA ERA DIGITAL

A INTERNET E SEU PAPEL NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

REGULAMENTAÇÃO DA INTERNET NO BRASIL

MARCO CIVIL DA INTERNET (LEI N. 12.965/2014)

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

PROTEÇÃO JURÍDICA DO CONSUMIDOR

PRINCÍPIOS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RESPONSABILIDADE DO FORNECEDOR NO E-COMMERCE

CRIMES INFORMÁTICOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA

PENALIDADES DA PUBLICIDADE ENGANOSA E ABUSIVA

OFERTA NA ERA DIGITAL

REVOGAÇÃO DA OFERTA, LIBERDADE ECONÔMICA E PAPEL DO SAC

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

PARTES E LOCAL DO CONTRATO ELETRÔNICO

CONTRATOS ADESIVOS E CONEXOS DE CONSUMO

ASSINATURA DIGITAL E CERTIFICAÇÃO ELETRÔNICA

INCIDÊNCIA DO CDC NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
AUTORREGULAMENTAÇÃO DO SETOR  
CONSELHO NACIONAL DE AUTORREGULAMENTAÇÃO PUBLICITÁRIA - (CONAR)  
FAKE NEWS  
CONCURSOS E PREMIAÇÕES

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
DIREITOS  
AUTORAIS  
PROPRIEDADE INDUSTRIAL  
INPI  
PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL NA ERA DIGITAL: DESAFIOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- GONÇALVES, V. H. P. Marco Civil da Internet Comentado. São Paulo: Atlas, 2017. GEN, 2020.
- HOFFMANN-RIEM, W. Teoria Geral do Direito Digital. Rio de Janeiro: Grupo
- NADER, P. Introdução ao estudo do Direito. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020.

**DISCIPLINA:**

SISTEMA FINANCEIRO DIGITAL

**RESUMO**

Nesta disciplina trataremos dos principais mercados, instituições e normas que formam o sistema financeiro. Iniciaremos pelos conceitos básicos, tais como poupança, moeda, ativos financeiros, meios de pagamento, entre outros que irão auxiliá-lo(a) na compreensão básica acerca do sistema financeiro.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA1**

CONCEITOS BÁSICOS, BALANÇO DAS INSTITUIÇÕES E FUNÇÕES DO SISTEMA FINANCEIRO  
MERCADOS FINANCEIROS: MONETÁRIO E DE CRÉDITO  
MERCADOS FINANCEIROS: DE CAPITAIS E CAMBIAL  
JUROS, MERCADO DE AÇÕES E DERIVATIVOS  
SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

**AULA 2**

SISTEMA FINANCEIRO TRADICIONAL ANTES DE 1960  
NOVA ORDEM MONETÁRIA INTERNACIONAL A PARTIR DE BRETTON WOODS  
SISTEMA FINANCEIRO DE 1960 A 1980 – PRIMEIRAS INOVAÇÕES  
INOVAÇÕES FINANCEIRAS DA DÉCADA DE 1980 – APÓS A CRISE DO PETRÓLEO  
DESREGULAMENTAÇÃO DO MERCADO FINANCEIRO ATÉ O FIM DA DÉCADA DE 1990

**AULA 3**

MERCADO FINANCEIRO PÓS 2000  
CRISE FINANCEIRA DE 2008  
NOVA ORDEM FINANCEIRA PÓS-CRISE DE 2008  
DESCENTRALIZAÇÃO E A REVOLUÇÃO FINANCEIRA DIANTE DAS INOVAÇÕES: UM

NOVO PARADIGMA?

BANCOS TRADICIONAIS COMO ECOSSISTEMAS DIGITAIS: COMO ADAPTAR?

**AULA 4**

SERVIÇOS FINANCEIROS EM MEIO AOS AVANÇOS TECNOLÓGICOS

CROWDFUNDING

AS FINTECH, A ARBITRAGEM REGULATÓRIA E A ASCENSÃO DOS BANCOS SOMBRAS (SHADOW BANKS)

BLOCKCHAIN: PÚBLICO, PRIVADO E HÍBRIDO

BLOCKCHAIN, SMART CONTRACTS E MERCADO FINANCEIRO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO AO MERCADO DE MOEDAS VIRTUAIS PEER-TO-PEER

CIRCULAÇÃO NO CIBERESPAÇO E AS PROPRIEDADES DA CRIPTOMOEDA

BITCOIN: VISÃO GERAL, OFERTA E REDES DE TRANSAÇÕES

BITCOIN: BENEFÍCIOS E DESAFIOS

CIRCULAÇÃO, O PROBLEMA DA SEGURANÇA E O MERCADO REGULATÓRIO PARA BITCOIN

**AULA 6**

FOREX: O QUE É E COMO FUNCIONA

O QUE SÃO E QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS EXCHANGES BRASILEIRAS

BRASIL E A REGULAÇÃO DAS CRIPTOMOEDAS

NOVA CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO COM A REVOLUÇÃO DIGITAL

REVOLUÇÃO FINANCEIRA SEM BANCOS: SERÁ O FIM DESSAS INSTITUIÇÕES?

**BIBLIOGRAFIAS**

- ASSAF NETO, A. Mercado financeiro. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: [www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br).
- BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento. Quem somos. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>. Acesso em: 24 ago. 2019.

**DISCIPLINA:**

COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR NA ERA DIGITAL

**RESUMO**

Comportamento do consumidor consiste em um estudo que avalia as motivações de compras ou não das pessoas em relação a determinando produto ou marca. Combina elementos da psicologia, sociologia, economia e antropologia social. Além disso, busca entender como o consumidor, seja ele individual ou coletivo, toma sua decisão de compra, levando em consideração questões comportamentais, demográficas, culturais, em uma tentativa de compreender os desejos e as necessidades das pessoas. Também busca avaliar a influência que o consumidor recebe de grupos, como famílias, amigos, grupos de referência e sociedade em geral.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

**AULA 2**

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

**AULA 3**

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

**AULA 4**

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

**AULA 5**

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

**AULA 6**

VÍDEO 1 AO VÍDEO 4

**BIBLIOGRAFIAS**

- REDAÇÃO E-COMMERCE BRASIL. BRASILEIRO adquire novos produtos, mas ainda preza pelo preço, diz Nielsen. E-commerce Brasil, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.ecommercebrasil.com.br/noticias/consumidor-brasileiro-adquire-novos-seguimentos-de-produtos-mas-ainda-preza-pelo-preco-diz-nielsen/>.
- NIELSEN. OS CINCO perfis do consumidor no Brasil segundo a Nielsen. Consumidor Moderno, 21 jun. 2019. Disponível em: <https://www.consumidormoderno.com.br/2019/06/21/cinco-perfis-consumidor/>.
- SEBRAE. Entenda o comportamento dos consumidores. 2016. Disponível em: [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br). [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/arquivos\\_chronus/bds/bds.nsf/36236fe14d96aca40e86467daee7e098/\\$file/7488.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/arquivos_chronus/bds/bds.nsf/36236fe14d96aca40e86467daee7e098/$file/7488.pdf). Acesso em: 02 jan 23 mar. 2020.

**DISCIPLINA:**

DIREITO E A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

**RESUMO**

Esta disciplina pretende apresentar a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, permitindo compreender alguns dos princípios e regras utilizados nos julgamentos promovidos pelo Poder Judiciário diante de casos concretos. Para tanto, analisaremos critérios contidos na Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, base normativa que disciplina a aplicação de todas as leis brasileiras nos diversos ramos do Direito (Direito Civil, Direito Penal, Direito do Consumidor, dentre outros). Abordaremos questões que demonstram pontos de contato entre o Direito e a Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, trazendo exemplos atuais que contextualizam e ilustram a presente abordagem. Serão demonstrados os critérios utilizados na Lei de Introdução para a adequada aplicação das fontes do Direito diante de situações reais levadas à apreciação do Poder Judiciário, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas, tais como a celebração de negócios e a realização de contratos de prestação de serviços e fornecimento de produtos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONCEITO DE DIREITO

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO

FONTES DO DIREITO

CARACTERÍSTICAS E CLASSIFICAÇÃO DA LEI QUANTO À ORIGEM

VIGÊNCIA DAS LEIS NO TEMPO E HIERARQUIA DAS LEIS

**AULA 2**

PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DOS DIREITOS DO AUTOR LEI DE SOFTWARE (LEI 9.609/1998)

CONTRATO DE LICENÇA DE USO PIRATARIA DE SOFTWARE  
RESPONSABILIDADE CIVIL E AÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES  
DE PIRATARIA DE SOFTWARE

**AULA 3**

O DIREITO CIVIL E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NA ERA DIGITAL  
O CONTRATO ELETRÔNICO, DE ACORDO COM O CÓDIGO CIVIL  
O DEVER DE INFORMAR E DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA, CONFORME O CDC A  
PROTEÇÃO DA CONFIANÇA E DA BOA-FÉ, DE ACORDO COM O CDC DEVERES DO  
FORNECEDOR NO COMÉRCIO ELETRÔNICO

**AULA 4**

BOAS PRÁTICAS COMERCIAIS, AUTORREGULAMENTAÇÃO E CONFORMIDADE  
NOS NEGÓCIOS DIGITAIS  
FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DO MARCO CIVIL DA INTERNET DOS  
DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS DE INTERNET  
DEVERES E RESPONSABILIDADES DOS PROVEDORES DE CONEXÃO E DE  
APLICAÇÃO DE INTERNET  
A RESPONSABILIDADE DO PROVEDOR DE APLICAÇÕES POR DANOS CAUSADOS  
POR CONTEÚDO GERADO POR TERCEIRO

**AULA 5**

A PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE NO AMBIENTE VIRTUAL  
DECRETO N. 7.962/2013: CONTRATAÇÃO NO COMÉRCIO ELETRÔNICO  
O DEVER DE AGIR COM TRANSPARÊNCIA NOS TERMOS DE USO E NA COLETA E  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS, NOS TERMOS DA LGPD  
CONFORMIDADE NA OFERTA DE SERVIÇOS E PRODUTOS DIGITAIS  
CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS E SERVIÇOS DIGITAIS POR CRIANÇAS E  
ADOLESCENTES

**AULA 6**

CRIMES VIRTUAIS  
A PREVENÇÃO E O COMBATE AOS CIBERCRIMES  
PROJETO DE LEI N. 879/2022 – CRIME DE SEQUESTRO DE DADOS INFORMÁTICOS  
NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO E EMPREGO NA INDÚSTRIA 4.0  
PRIVACIDADE E CONFORMIDADE NO AMBIENTE DE TRABALHO NA ERA DIGITAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BAHIA. Lei n. 13.914, de 29 de janeiro de 2018. Institui a Política Estadual de Incentivo à Geração e Aproveitamento da Energia Solar no Estado da Bahia. Diário Oficial [do] Estado da Bahia, 29 jan. 2018. Disponível em: 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Resolução n. 17, de 1989. Aprova o Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/regimento-interno-da-camara-dos-deputados/arquivos-1/RICD%20atualizado%20ate%20RCD%2033-2022.pdf>.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei n. 4.647, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 9 set. 1942.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm).  
Acesso em: 16 ago. 2022.

**DISCIPLINA:**  
CRIMES CIBERNÉTICOS

**RESUMO**

Esta disciplina pretende apresentar a interdisciplinaridade do Direito com a informática, permitindo compreender relevantes interações com áreas específicas do Direito. Para tanto, analisaremos a lei de introdução às normas do Direito brasileiro e questões inerentes ao Direito Penal, Direito Civil, Direito do Consumidor e Direito do Trabalho, trazendo conceitos e situações que contextualizam as referidas áreas com o uso da tecnologia da informação e comunicação. A escolha destas disciplinas jurídicas para o estudo decorre de grande relevância social e da presença de forte interação com as tecnologias da informação e comunicação, inclusive em situações cotidianas dos cidadãos e das empresas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO TEMA 2 - DIREITO PENAL  
DIREITO CIVIL  
DIREITO DO CONSUMIDOR  
DIREITO DO TRABALHO

**AULA 2**

BREVE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA INTERNET NO BRASIL  
O CONTRATO ELETRÔNICO E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL  
A EXPANSÃO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL  
OS DESAFIOS JURÍDICOS DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL  
AS PERSPECTIVAS PARA O FUTURO DO COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL

**AULA 3**

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DO MARCO CIVIL DA INTERNET  
DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS USUÁRIOS  
DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET  
DA RESPONSABILIDADE POR DANOS DECORRENTES DE CONTEÚDO GERADO POR TERCEIROS E DA REQUISIÇÃO JUDICIAL DE REGISTROS  
A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO E DISPOSIÇÕES FINAIS

**AULA 4**

DIREITOS FUNDAMENTAIS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS  
OS DADOS PESSOAIS E A NECESSÁRIA PROTEÇÃO DA PRIVACIDADE  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS BASEADO NA SEGURANÇA, NA BOA-FÉ E NA TRANSPARÊNCIA  
DOS DIREITOS DO TITULAR  
A IMPLEMENTAÇÃO DA LGPD: BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA E GOVERNANÇA DE DADOS

**AULA 5**

PROTEÇÃO JURÍDICA NO EMPREENDEDORISMO DIGITAL  
DO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DE EMPRESAS STARTUPS

DOS RESULTADOS FINANCEIROS E DA REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS DA  
STARTUP

ASPECTOS JURÍDICOS DA STARTUP NO DIREITO DO TRABALHO

MARCO LEGAL DAS STARTUPS E DO EMPREENDEDORISMO INOVADOR

#### **AULA 6**

INTELIGÊNCIA HUMANA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E COMPORTAMENTOS TENDENCIOSOS

LIMITAÇÕES TECNOLÓGICAS E RISCOS SOCIOECONÔMICOS

A NÃO DISCRIMINAÇÃO COM BASE NO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

A BUSCA PELA NEUTRALIDADE COM BASE NO USO DE NOVAS

TECNOLOGIAS

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- NUCCI, G. de S. Manual de Direito Penal. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021.
- GONÇALVES, C. R. Direito Civil Brasileiro: volume 1: parte geral. 19. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
- BRASIL. Decreto-Lei n. 4.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 4 nov. 2021.

#### **DISCIPLINA:**

DIREITO DIGITAL APLICADO

#### **RESUMO**

O massivo uso da rede mundial de computadores, ou de serviços como uma rede social que inúmeros problemas de ordem jurídica podem ocorrer: desde o início, seja na hora de contratar (concordar com os famosos termos de uso e de serviço), passando por vazamento de dados, exposição da privacidade e intimidade, furto ou roubo de senhas, fotos, documentos, cyberbullying, fake news, trollagem, stalking, tudo são riscos aos quais o usuário está sujeito e que podem trazer consequências de ordem socioambiental que têm o potencial de prejudicar os direitos de, às vezes, milhares de pessoas ao mesmo tempo.

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

MINERAÇÃO DE DADOS NO BIG DATA

MODELOS DE NEGÓCIOS NA INTERNET

O PAPEL DOS HUBS E LINKS NA INTERNET UBERIZAÇÃO DA ECONOMIA

##### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

PRIVACIDADE E INTIMIDADE NA NUVEM REDES SOCIAIS: O QUE SÃO?

PRINCIPAIS CLÁUSULAS DOS TERMOS DE USO E DE SERVIÇO EM REDES SOCIAIS

PRIVACY BY DESIGN E PRIVACY BY DEFAULT

##### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

A SOCIEDADE DE ALGORITMOS VIESES DE ALGORITMOS

O "ROBÔ" COM PERSONALIDADE JURÍDICA PRÓPRIA?

COMPLIANCE DE ALGORITMOS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

AS FAKE NEWS E AS BOLHAS INFORMACIONAIS

PRINCIPAIS CONSEQUÊNCIAS SOCIOAMBIENTAIS DERIVADAS DO USO DA INTERNET

O DIREITO AO ESQUECIMENTO

NEUROMARKETING E VÍCIOS DE CONSENTIMENTO EM CONTRATOS

ELETRÔNICOS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA TRANSFERÊNCIA

O PAPEL DO KNOW-HOW NA TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA LEGISLAÇÃO

APLICÁVEL À TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA O PAPEL DO INPI NA

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

O CONSENTIMENTO NO NEGÓCIO JURÍDICO DIGITAL E SOB A ÉGIDE DA LGPD

DIREITO À PRIVACIDADE E INTIMIDADE X DIREITO À LIVRE INICIATIVA SANÇÕES

DA LGPD: UM RISCO À ATIVIDADE EMPRESARIAL DE MINERAÇÃO DE DADOS?

O ATUAL CENÁRIO DO MERCADO DE ADEQUAÇÃO DA LGPD

**BIBLIOGRAFIAS**

- FUCS, J. Por que a tarifa zero é inviável. Revista Época, 2 jul. 2013. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/07/por-que-btarifa-zerob-einviavel.html>.
- FACEBOK. Termos de Uso. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/terms>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- FREITAS, C. O. de A.; CAMPOS, F. H. F. de. Homo Consumens em Campus Algorítmicos: Proteção da Vulnerabilidade Enquanto Direito Fundamental e a Lei Geral de Proteção de Dados. Revista da Ajuris, Porto Alegre, v. 46, n. 146, p.63-90, jun., 2019.

**DISCIPLINA:**

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES DIGITAIS

**RESUMO**

O avanço da internet e o desenvolvimento tecnológico possibilitaram a propagação de uma nova abordagem referente aos tipos de crimes: os virtuais. Considerando o surgimento destas ações, se fez necessário também evoluir contra os delitos digitais. A necessidade de profissionais especializados, a dificuldade na identificação e a necessidade da elaboração das provas, são alguns dos temas abordados nesta disciplina.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

HOMO

SAPIENS

A EVOLUÇÃO NO MUNDO DO

DIREITO A CONVIVÊNCIA E AS LEIS

AS LEIS E OS CÓDIGOS

A CONSTITUIÇÃO E OS CRIMES

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
CRIME  
DOLO E CULPA  
CRIMES CONTRA A HONRA  
AS TECNOLOGIAS E O CRIME  
CIBERNÉTICO A PROVA

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
ONDE OCORREM OS CRIMES  
CIBERNÉTICOS A INTERNET, DEEP WEB E  
DARK WEB  
OS LOGS  
ENDEREÇO IP – UMA GRANDE EVIDÊNCIA  
DA MATERIALIDADE DAS EVIDÊNCIAS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
OUTROS RISCOS NA REDE  
A APURAÇÃO DE CYBERCRIMES  
INVESTIGAÇÕES ENVOLVENDO WEBSITES  
INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ENVOLVENDO E-MAIL (CORREIO ELETRÔNICO)  
INTERCEPTAÇÃO TELEMÁTICA

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
REDES SOCIAIS ONLINE  
BUSCA ELETRÔNICA  
CRIMES MAIS COMUNS EM REDES SOCIAIS  
ADVERSIDADES A SEREM SUPERADAS  
DIFICULDADES PARA OBTER-SE A ORIGEM DE UM EVENTO NA INTERNET

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
ANÁLISE E PRINCÍPIO FORENSE  
LEGISLAÇÃO  
COMPUTAÇÃO NAS NUVENS OU CLOUD COMPUTING  
A PREPARAÇÃO DA POLÍCIA, JUDICIÁRIO E MINISTÉRIO PÚBLICO  
COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Manual de cooperação jurídica internacional e recuperação de ativos: cooperação em matéria penal. Brasília: Departamento de Recuperação de Ativos e

Cooperação Jurídica Internacional, 2008. CERT.br. Cartilha de segurança para internet. Disponível em: <http://cartilha.cert.br/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

- GONÇALVES, V. H. P. MARCO CIVIL DA INTERNET. SÃO PAULO: ATLAS, 2017
- BACELLAR, R. P. Administração judiciária. Curitiba: InterSaber, 2016

**DISCIPLINA:**

LGPD – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

**RESUMO**

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS  
ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD OS FUNDAMENTOS DA LGPD

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

CONCEITOS FUNDAMENTAIS  
HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS  
CONSENTIMENTO DO TITULAR  
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO  
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS  
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS  
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR  
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL

ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO

O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA

PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD

ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE

O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

**BIBLIOGRAFIAS**

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscolegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>. Acesso em: 4 maio 2023.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.

**DISCIPLINA:**

SEGURANÇA E AUDITORIA DE SISTEMAS

**RESUMO**

A Auditoria e os Sistemas de Informação estão em constante atualização em busca de melhores resultados, preocupando-se atualmente com os processos de negócio e com os Sistemas de Informação que os suportam, baseando-se numa abordagem ao risco. Como consequência desta evolução, deve-se verificar também uma indissociável evolução no Modelo de Competências dos profissionais de Auditoria, além da identificação de atividades específicas de Auditoria de Sistemas de Informação prevista em três referenciais de Sistemas de Informação (CobiT, ITIL e ISO 17799/27002) e a utilização dos conceitos de Gestão de Projetos aplicados na Gestão das Auditorias de Sistemas de Informação.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

CONCEITOS BÁSICOS DE AUDITORIA DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

OS OBJETIVOS DA AUDITORIA

AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)

ROTEIRO E PLANEJAMENTO PARA ELABORAÇÃO

PROCEDIMENTOS: ETAPAS DA AUDITORIA

**AULA 2**

DEFINIÇÃO DA EQUIPE DE AUDITORIA

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO PARA FORMAÇÃO DE MÃO DE OBRA

AS COMPETÊNCIAS DO(A) AUDITOR(A)

AS ÁREAS DE CONHECIMENTO DO AUDITOR DE SI  
AS COMPETÊNCIAS DE GESTÃO VERSUS AS COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

**AULA 3**

O PLANEJAMENTO DE AUDITORIA DE SISTEMAS  
OS DETALHES DO PLANEJAMENTO  
A CRIAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA  
ANÁLISE E DEFINIÇÃO DOS PONTOS DE CONTROLE  
PREPARAÇÃO E EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

**AULA 4**

FUNDAMENTOS DE CONTROLES INTERNOS EM SISTEMAS DE INFORMAÇÕES  
CONTROLES INTERNOS EM TI, PRINCÍPIOS, FINALIDADES E OBJETIVOS  
TIPOS DE CONTROLES INTERNOS  
AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTROLES INTERNOS DE SI  
ANÁLISE DE RISCO NA AVALIAÇÃO DE SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

**AULA 5**

COMPLIANCE  
NORMAS, GUIAS E PROCEDIMENTOS  
COBIT  
ITIL  
NORMA ISO 17799

**AULA 6**

FERRAMENTAS DE AUDITORIA  
FERRAMENTAS GENERALISTAS  
FERRAMENTAS ESPECIALIZADAS  
FERRAMENTAS DE UTILIDADE GERAL  
SOFTWARES DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE FUNCIONÁRIOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- INFORMATION SYSTEMS AUDIT AND CONTROL ASSOCIATION. COBIT 5, Estados Unidos, 2015. Disponível em: <http://www.isaca.org/COBIT/Pages/COBIT-5-portuguese.aspx>. Acesso em: 9 maio 2017.
- IMONIANA, J. O. Auditoria de sistemas de informação. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
- LYRA, Maurício R. Governança da segurança da informação. Brasília, 2015.